

### **3. Idéias, relações internacionais, comunicação e o fim da Guerra Fria**

Como foi visto na seção anterior, o objeto de estudo deste trabalho é a mudança no perfil de inserção do Brasil na economia internacional ocorrida durante o período do fim da Guerra Fria. No entanto, com o desafio de entender como essa transformação foi posta em movimento e qual a sua natureza política – ou seja, como passa a mediar os embates políticos, que caminhos permite que sejam tomados, como esclarece posicionamentos etc. –, a forma escolhida para analisar o tema procurou entender o fenômeno a partir de sua “linguagem”, das idéias e das representações utilizadas por uma parcela significativa da mídia impressa durante o processo de interpretação e implementação das transformações. O objetivo, nesse sentido, foi o de buscar uma compreensão sobre o processo de internacionalização da economia brasileira iniciado a partir do fim dos anos 1980 e integrado às mudanças no comportamento político do país no exterior como produto de uma linguagem original – nesse contexto “canônica” – que irá informar os debates políticos de então e subseqüentes, no campo das relações econômicas internacionais do país, ou elas mesmas.

Afinal, é preciso entender que a linguagem é usada sobretudo com o intuito de realizar uma ação. É utilizada para “defender”, “propor”, “sugerir”, “interrogar”, “representar” etc. Usa-se uma compreensão mais clara das palavras para se alcançar uma compreensão mais clara dos fenômenos. Isso significa que, ao se analisar expressões de conteúdo político, não é somente possível construir um melhor entendimento da linguagem, mas sobretudo uma visão mais clara do próprio mundo político, exatamente porque ambos, em sua essência, não são ou estão dissociados. (Souza Filho, 1992, p.56 apud Austin, 1962, p.138) Este, nesse sentido, é o objetivo deste capítulo: apresentar a forma ideológica/ideacional sugerida para a análise do objeto estabelecido.

Não à toa o ano de 1989 foi escolhido como alvo de estudo. Ora, em 1989, como um personagem shakespeariano, a sociedade brasileira definitivamente “falou com si mesma”. Em meio a uma crise econômica (inflação) e social gravíssima, a transformações radicais no plano internacional e, principalmente, às primeiras eleições presidenciais após mais de 20 anos de regime militar, surge um debate de proporções gigantescas sobre

os rumos da nação. Naquele momento, saíamos da ditadura, da morte de Tancredo Neves e vivíamos em meio ao caos social e inflacionário do governo Sarney. Lá fora despontava a mais nova revolução tecnológica, que ajudava a integrar nações e mercados, e desmoronava todo um império que marcou a divisão do mundo em uma arena bipolar por mais de 40 anos. Ao mesmo tempo, o clima era de campanha no Brasil, e estavam em jogo as primeiras eleições diretas do novo regime democrático brasileiro.

Não há dúvidas de que 1989 é um ano-chave do período do fim da Guerra Fria. Logo em janeiro puderam-se sentir os ventos da mudança. No dia 11 daquele mês, o Parlamento húngaro aprovou uma lei que garantia o direito à livre associação e à assembléia, minando o monopólio legal da política exercido pelo partido comunista no país.<sup>1</sup> Como um emissário do governo George Bush, recém-eleito nos Estados Unidos, Henry Kissinger se encontra em 16 de janeiro, em Moscou, com Alexander Yakovlev, considerado o pilar intelectual de Gorbachev, da *Glasnost* e da *Perestroika*. Yakovlev diz a Kissinger que Gorbachev está preocupado com a aparente relutância da nova administração norte-americana de seguir em frente com as políticas estabelecidas com Ronald Reagan. Kissinger argumenta que as reformas haviam sido até aquele momento “cosméticas”, e que havia chegado o momento de se discutir a situação do Leste Europeu. A mesma proposta o enviado norte-americano fez a Gorbachev, no dia seguinte. O líder soviético respondeu que iria considerar a questão.

Apesar do debate entre as lideranças norte-americana e soviética, as transformações já aconteciam a pleno vapor no Leste Europeu, em 1989. Em 18 de janeiro, por exemplo, foi a vez da Polônia. Naquele dia, o partido comunista polonês resolve conceder ao banido movimento sindical Solidariedade um período de transição em um processo que deveria levar a associação de uma vez por todas à participação política legalizada, o que viria a acontecer de fato em 17 de abril.

Para se ter uma idéia da perda do controle da transformação pelas lideranças – representação do alto grau de incerteza da época –, é importante lembrar da entrevista do assessor de Segurança Nacional do governo dos Estados Unidos Brent Scowcroft veicu-

---

<sup>1</sup> A cronologia a seguir foi reunida pelo Arquivo de Segurança Nacional norte-americano em abril de 1998 para a conferência “O fim da Guerra Fria na Europa, 1989: ‘New thinking’ and New Evidence”.

lada nos EUA pela rede ABC, em 22 de janeiro de 1989. Nela, Scowcroft afirma que as intenções de Gorbachev eram desarmar o Ocidente para ganhar tempo e com isso reconstruir o poder soviético afim de prepará-lo para uma nova “ofensiva mundial do comunismo”.<sup>2</sup>

Em 6 de fevereiro, são iniciadas as negociações entre o governo comunista polonês e o Solidariedade. Ambas as partes chegaram a um acordo anunciado em 5 de abril, que previa reformas políticas e econômicas, e eleições em junho. O pleito foi realizado e o Solidariedade venceu 92 dos 100 assentos no novo Senado polonês, bem como 160 dos 161 votos no Congresso postos em aberto. Em 25 de julho, o Solidariedade viria a ser convidado pelo presidente recém-eleito Wojciech Jaruzelski a participar do governo polonês.

Ao mesmo tempo, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1989, o partido comunista húngaro endossa a idéia de multipartidarismo na Hungria. Na Tchecoslováquia, levantes populares pediam a libertação do líder político Vaclav Havel, que iria acontecer em 17 de maio. Em 15 de fevereiro, a União Soviética completa a retirada das tropas do Afeganistão. No dia 21, Boris Yeltsin demanda eleições abertas para o Parlamento Soviético, sendo eleito em 26 de março com 89% dos votos de Moscou.

Em 6 de abril de 1989, a Rádio Budapeste divulgou que a retirada das tropas soviéticas do país começaria no dia 25 daquele mês e terminaria até o fim de junho. No campo do desarmamento, Moscou anunciou em 7 de abril a decisão unilateral de cessar a produção de urânio para fins armamentistas e fechar duas usinas de plutônio.

Nem mesmo regimes mais fechados como o chinês conseguiam ficar livres da onda transformadora, e em abril de 1989 tem início a manifestação por meio da qual centenas de milhares de pessoas se reuniram na Praça Celestial em Pequim, para demandar reformas democráticas no país, e seriam massacradas pelo Exército chinês. No fim de abril, mil tanques soviéticos deixaram a Hungria – o pontapé inicial da retirada do Leste Europeu de 50 mil soldados e 10 mil tanques sob o comando do Kremlin, que duraria dois a-

---

<sup>2</sup> Em 9 de abril, o mesmo assessor afirmaria: “O que estamos vendo neste momento são evidências de que o Ocidente venceu.”

nos. Em 6 de julho, em discurso ao Conselho da Europa em Strasburg, Gorbachev afirma que a União Soviética não iria deter as reformas no Leste Europeu.

Em 2 de outubro, grandes manifestações contra o comunismo tiveram início em Leipzig, na Alemanha Oriental. Mais de 70 mil pessoas estiveram nos comícios do dia 9. No dia 23, eram mais de 200 mil. No dia 7, o partido comunista húngaro se autodissolve, renomeando-se Partido Socialista e abraçando o socialismo democrático como ideologia, no lugar do marxismo. No dia 12 de outubro de 1989, o novo governo polonês anuncia uma série de medidas de combate à inflação e garante que irá levar a frente a introdução total dos mecanismos e instituições de mercado.

Dois atos simbólicos do governo soviético em outubro de 1989 são representativos da chamada “acomodação”: o discurso de Shevardnadze no *Soviet* condenando a invasão ao Afeganistão como “violadora dos valores humanos” e a declaração do Ministério das Relações Exteriores soviético que prometia deixar os Estados do Leste Europeu “seguirem o seu caminho”, sepultando a doutrina Brezhnev. O porta-voz do Ministério Gennadi Gerasimov chamou a nova postura de “Doutrina Sinatra”.

Na Alemanha Oriental, o governo de Erich Honecker não resistiu aos protestos e foi substituído pelo de Ergon Krenz. De Moscou, Gorbachev, em 1º de novembro, aconselhou Krenz a acelerar as reformas e abrir suas fronteiras, “para evitar uma explosão”. Em Berlim Oriental, uma manifestação reuniu 500 mil pessoas pela democracia em 4 de novembro de 1989. Cinco dias depois caíria o Muro de Berlim.

No terreno da economia, também o momento é paradigmático. Mesmo que nesse caso, certamente, não se trate do ano de 1989 em si, mas de todo o contexto histórico à sua volta. No que diz respeito à tecnologia, por exemplo, o período é intenso, e não à toa a questão do “acesso à tecnologia” vai aparecer como uma das mais fortes do momento tanto no Brasil como também na União Soviética. Além disso, a revolução tecnológica está amplamente interligada ao processo de integração das economias.

Afinal, as mudanças técnicas do fim do século XX foram bastante propícias ao desenvolvimento de uma nova integração econômica mundial.<sup>3</sup> Inovações nos transportes e

---

<sup>3</sup> Este trecho tem como base um texto de Jeffry Frieden traduzido por Bárbara Duarte e com minha edição e revisão técnica: Frieden, 2008. O original está em: Frieden, 2006, p.392-412.

nas telecomunicações diminuíram os custos das trocas internacionais. Superpetroleiros e contêineres baratearam o despacho de cargas por via marítima, e bens, cujos custos de travessia do Pacífico ou do Atlântico eram proibitivos, tornaram-se cargas comuns. O preço de embarque de uma tonelada de carga caiu até 75% ao longo do século, e a melhoria dos sistemas de refrigeração e de transporte aéreo permitiu aos produtores viabilizar economicamente a travessia oceânica de produtos como framboesas e rosas. A partir de 1970, com a adoção do jumbo – avião a jato capaz de carregar mais de 400 pessoas – e a conseqüente desregulamentação das rotas aéreas, o ato de voar virou despesa comum para muitos do mundo industrializado, onde o custo real das passagens aéreas caiu 90% entre 1930 e 2000.

Satélites e cabos de fibra ótica reduziram os custos nas comunicações de longa distância. Em 1920, um trabalhador médio norte-americano teria que trabalhar três semanas para pagar por uma chamada telefônica de Nova York a Londres; em 1970, a mesma chamada custava oito horas de trabalho, e em 2000, cerca de quinze minutos. A internet ofereceu a milhões de usuários acesso instantâneo a informações do mundo inteiro. Telefones celulares e outros dispositivos sem fio tornaram possível o contato constante entre colegas de trabalho, familiares e amigos.

Os avanços mais impressionantes do último quarto do século XX ocorreram na microeletrônica. Em 1950, produtores e consumidores se maravilhavam com o transistor, componente menor que um selo de postagem que substituiu as antigas válvulas na base do funcionamento dos aparelhos elétricos. Em meados da década de 1970, uns poucos milímetros quadrados podiam reunir 2 mil transistores, viabilizando a produção de máquinas calculadoras portáteis com mais capacidade do que a armazenada nos computadores à válvula da década de 1940, que ocupavam uma sala inteira. No fim do século, cada microchip já suportava mais de um bilhão de transistores e um computador pessoal era mais potente que qualquer equipamento disponível para as grandes empresas e governos na década de 1970 – a cerca de um centésimo do preço. A miniaturização viabilizou telefones celulares, computadores portáteis e aparelhos de comunicação, entre outras poderosas máquinas de pequeno porte.

A computação e as telecomunicações favoreceram a integração econômica internacional pois reduziram os custos das transações comerciais e dos investimentos e também

os custos de monitoração dos interesses estrangeiros. Ao mesmo tempo, a indústria de alta tecnologia veio a requerer um grande volume de pesquisa e desenvolvimento, entre outras demandas relacionadas, cuja rentabilidade passaria a depender da produção e/ou distribuição em larga escala, o que normalmente só é possível no mercado global.

No caso das finanças, é difícil medir o impacto da revolução tecnológica recente. O poder dos computadores e o barateamento das telecomunicações tornaram mais fácil e veloz a movimentação de recursos ao redor do globo e mais difícil para os governos controlar esses fluxos. As telecomunicações modernas agilizaram o acesso aos mercados externos, permitindo um crescimento astronômico das transações financeiras internacionais. No fim do século, o volume diário de operações em moeda estrangeira era de US\$ 1,5 trilhão.

Durante os anos de crise entre o início da década de 1970 e o começo da de 1980, os novos empréstimos internacionais para a América Latina, por exemplo, ganharam velocidade, passando de US\$ 0,5 bilhão para US\$ 15 bilhões por ano; a dívida da região com investidores privados passou de menos de US\$ 30 bilhões, em 1973, para mais de US\$ 300 bilhões em 1983. Os novos investimentos de multinacionais na América Latina cresceram também, de US\$ 1 bilhão para US\$ 5 bilhões de dólares anuais.

Vale lembrar, enquanto a tarifa média mundial em 1940 era de 40% do valor do produto comercializado, em 1980 o índice cai para 7%. Entre os membros da OCDE, uma média (não-ponderada) das exportações somadas às importações com relação ao produto foi 40 vezes maior em 1980 e 1990 que em 1960. (Armijo, 2000, p.5)

A análise do valor das exportações e das importações (a preços corrigidos) das cinco grandes economias do mundo mostra com clareza como o comércio internacional de bens e serviços passa a ocupar um espaço mais relevante nos mercados nacionais no fim do século XX. Grã-Bretanha, Alemanha, França, Japão e Estados Unidos apresentaram entre 1970 e 1996 uma elevação no volume das exportações de US\$ 25 bilhões para US\$ 314 bilhões, de US\$ 39 bilhões para US\$ 570 bilhões, de US\$ 23 bilhões para US\$ 361 bilhões, de US\$ 22 bilhões para US\$ 483 bilhões e de US\$ 68 bilhões para US\$ 793 bilhões, respectivamente.

No caso das importações, o volume de compra passou de US\$ 25 bilhões para US\$ 322 bilhões, na Grã-Bretanha; de US\$ 35 bilhões para US\$ 550 bilhões, na Alemanha; de

US\$ 22 bilhões para US\$ 324 bilhões, na França; de US\$ 20 bilhões para US\$ 406 bilhões, no Japão; e de US\$ 68 bilhões para US\$ 906 bilhões, nos Estados Unidos.

Outro fenômeno típico do fim do século e que está ligado ao processo de interligação das economias nacionais é o da desintegração global da produção. (Feenstra, 1998 p.36). O sistema produtivo ascendente na época é aquele do “tipo Barbie”, por meio do qual os insumos da boneca – plástico e cabelo, por exemplo – são produzidos em Taiwan e no Japão. A montagem é feita em fábricas na Indonésia, Malásia e China. O desenho da boneca é feito nos Estados Unidos, como também as tintas para a coloração do produto. O algodão das roupas da boneca é chinês.<sup>4</sup>

Além disso, o momento também é importante para a consolidação dos grandes arranjos regionais como o Nafta, o Mercosul e, principalmente, a União Européia. Os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín deram origem às negociações que levaram ao Mercosul em 1985, com a assinatura conjunta do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina. Em 1988, Canadá e Estados Unidos firmaram o acordo de livre comércio que levaria ao Nafta – o *North American Free Trade Agreement* entrou em efeito, com a presença do México, em 1º de janeiro de 1994.

Com relação à Europa, após o Tratado de Roma, de 1957, que criou a Comunidade Econômica Européia, entraram para o bloco Dinamarca, Irlanda e Grã-Bretanha, em 1973. Seis anos depois, foram realizadas as primeiras eleições para o Parlamento Europeu. Nos anos 1980, foram aceitas as inscrições de Grécia, Espanha e Portugal, e o Acordo de Schengen liberalizou as fronteiras dos países-membros descartando entre outras coisas a obrigatoriedade do passaporte. Em 1986, a bandeira da Europa passou a ser utilizada em cerimônias oficiais no continente.

Como definiu Robert Cox:

Durante os anos 1980 e 1990, o termo “globalização” passou a expressar a percepção de uma tendência dominante na economia política mundial. No seu sentido mais amplo e geral, globalização significa uma crescente interconexão e interdependência, em escala global. Trata-se de algo multidimensional, que serve para representar a interconexão nos terrenos da política e da organização da segurança, da e-

---

<sup>4</sup> Além de Feenstra, 1998, outro texto clássico sobre o assunto está em Porter, 1986.

onomia e do bem-estar, da cultura, da ecologia e dos valores de todo o tipo. (Cox in McGrew (org.), 1997, p.49.)

Em termos de debate político, é impossível medir em números a importância qualitativa de uma competição de 22 candidatos à Presidência em um ambiente de crise social e econômica, e recém-liberado das amarras à expressão e à participação política, em um contexto de alta transformação e incerteza política e econômica internacional. Nesse sentido, o caminho que este texto procurará seguir daqui para frente não será outro senão o de se inserir – de tentar “fazer parte” – no debate político midiático em 1989, com o foco específico no tema das relações econômicas internacionais do país, como forma de entender os rumos tomados pelo país neste momento, no que diz respeito a sua inserção econômica internacional.

A intenção aqui é buscar um entendimento mais apurado sobre: 1) como foi concebido, no plano das idéias apresentadas, o processo de transformação (ou ele mesmo); e 2) qual a natureza política da mudança, sua essência limitadora, que irá informar o campo das relações econômicas internacionais do país (ou elas mesmas), a partir de então.

Pelo próprio caminho escolhido, nota-se facilmente que a intenção não é a de debruçar sobre um processo de transição de uma maneira deslocada do seu tempo histórico. Não é o tema central deste texto o que aconteceu no passado, mas como o que estava acontecendo foi pensado, representado, interpretado, constituído, percebido, debatido pela mídia impressa representativa, no momento em que estava acontecendo. Somente assim seria possível alcançar verdadeiramente um *locus* onde a sociedade brasileira “falava com si mesma” em 1989 sobre as transformações do mundo e a forma de inserção do Brasil.

Nesse sentido, o trabalho foi o de reunir artigos e editoriais (representações textuais midiáticas) relativos à inserção econômica externa do país e publicados nos dois maiores jornais brasileiros da época. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha* teve em 1988 médias mensais de circulação acima dos 400 mil exemplares, bem como *O Globo* que chega perto dos 500 mil exemplares no fim do ano. Apesar do *Estado de São Paulo* apresentar no mesmo momento uma circulação aproximada à da *Folha* – em alguns momentos até mesmo superior –, optou-se pela pesquisa de apenas

uma mídia paulista, a fim de melhor se equilibrar a representação de interesses regionais sobre as questões tratadas.

Dessa forma, o foco mais específico da pesquisa a seguir foi o debate político de 1989, abordado por meio de artigos e editoriais publicados nos dois maiores jornais do país, e que trata da regulação dos intercâmbios internacionais de mercado; comerciais e financeiros. O objetivo, portanto, foi o de buscar um arcabouço específico de idéias produzidas em 1989 e recolhidas de artigos de opinião e editoriais da época sobre o perfil de inserção econômica externa do Brasil não só porque 1989 está na origem da transformação apresentada e a ser estudada, mas também porque trata-se de um ano absolutamente fundamental no que diz respeito à história internacional recente. Vale lembrar novamente que em janeiro de 1989 as tropas soviéticas deixam o Afeganistão; em setembro a Hungria deixa o Pacto de Varsóvia; em novembro, cai o Muro de Berlim, símbolo maior da Guerra Fria; e, em dezembro, vão por água abaixo os regimes comunistas na Tchecoslováquia, na Bulgária e na Romênia. Além disso, o ano é marcado por um debate intenso e absolutamente plural sobre os rumos do Brasil em função da abertura política recente e da campanha presidencial composta de 22 candidatos, a primeiro pós-regime militar.

Nesse contexto, a intenção foi a de procurar noções sobre como se pensou o país em 1989 e a sua relação com o ambiente econômico internacional; como eram respondidas as seguintes questões: como esta relação funciona? Por que funciona como funciona? E como deveria funcionar?

### **3.1 Idéias e Relações Internacionais**

Apesar de muitas vezes tida como própria de um mundo “heterodoxo”, interpretações político-científicas construídas por meio da análise de idéias são numerosas e produtivas, como qualquer outra corrente do tipo. No campo das relações internacionais, a pluralidade atual da disciplina integra há tempos elementos como percepção, identidade, história, linguagem e cultura. Isso sem mencionar a clássica escola inglesa, que sempre trabalhou o tema a partir de uma perspectiva histórica e humanista.

Um trabalho anterior (Ituassu, 2000) teve por base o estudo organizado por Judith Goldstein e Robert Keohane (1993) sobre o impacto das idéias em variações políticas. Na tentativa de organizar teoricamente estudos diferentes nesse campo, Goldstein e Keohane classificaram as idéias em três categorias. Um tipo *ideacional* mais genérico de interpretação do contexto, por exemplo, é chamado de “visão de mundo”. Como lembrado em uma outra oportunidade, trata-se de uma proposta bastante semelhante à de Gramsci para a *filosofia di un'epoca*.

A filosofia de uma época não é a filosofia de um ou outro filósofo, de um ou outro grupo de intelectuais, de uma ou outra grande parte da massa popular: é uma combinação de todos estes elementos que produz uma determinada direção, de onde se origina a norma de ação coletiva; é história concreta e completa (integral). (Gramsci, 1975, p.1255)

Pois bem, a visão de um “mundo em transformação” foi certamente um dos conjuntos ideológicos mais fortes presentes no contexto político-econômico brasileiro em 1989, e que chamou atenção, como não poderia deixar de ser, na pesquisa feita e apresentada a seguir. A queda do regime comunista e o fim da Guerra Fria, a revolução tecnológica, a destruição generalizada das amarras ao comércio e às finanças internacionais e o momento renovador do sistema democrático no Brasil e no mundo potencializaram interpretações múltiplas sobre “o que é a realidade”, “o que é o mundo”, “o que foi”, “como o Brasil está inserido”, “como sempre esteve inserido”, “como deveria estar inserido”.

A partir de uma pesquisa sobre idéias que compuseram a política externa norte-americana, por exemplo, em um determinado período tido como de suma importância histórica, quando os Estados Unidos davam seus primeiros passos além terras contíguas, foi possível perceber como “visões de mundo” tradicionais da cultura política desse país informam claramente o conteúdo político de suas ações no plano internacional. Noções como a de “experiência”, “experiência única”, “isolamento” são idéias-chave na constituição do ato político norte-americano, ao menos no que diz respeito ao plano internacional. (Ituassu, 2000, p.28-55)

No contexto deste trabalho, será fundamental perceber como visões de mundo constituem posições políticas específicas sobre a forma da inserção brasileira na economia internacional. No Brasil de 1989, por exemplo, a idéia de um “mundo em transfor-

mação” serve de base para duas propostas diferentes de internacionalização. Para uma delas, mais “abertura” e mais comércio exterior se limitam a mais exportação e mais liberdade à importação de insumos, equipamentos, bem como mais acesso ao capital estrangeiro e à tecnologia. Além disso, é necessário implementar uma política cambial adequada à remuneração da atividade exportadora.

Outra proposta política, no entanto, parte da mesma idéia de “mundo em transformação” mas defende uma “abertura” que, de fato, é produto de todo um questionamento sobre o estado do Estado. Nesse contexto, menos Estado significa mais abertura. No outro, o pleito é por mais Estado em prol de outra abertura. Visões de mundo semelhantes podem gerar, e constantemente o fazem, propostas políticas diferenciadas.

Outros dois conjuntos de idéias categorizadas por Goldstein e Keohane (1993, p.139-70) reúnem o que os autores chamam de “princípios” – concepções normativas que distinguem o “certo” do “errado”, o “justo” do “injusto” – e o que definem como “crenças de causa-efeito”, idéias que servem de guia para agentes políticos, normalmente derivadas de um consenso de uma elite reconhecida.

Nessas três formas diferenciadas, as idéias podem influenciar ações políticas como “mapas de interpretação” – a percepção de que não se pode agir senão com base em um entendimento anterior; como “pontos focais” – quando aglutinam posições; e como noções “institucionalizadas” – quando passam a ser mediadas e reproduzidas por determinadas instituições. (Idem)

Com esse instrumental em mãos, foi possível, por exemplo, no trabalho anterior já citado, perceber a perigosa atuação de um determinado “princípio” missionário como “mapa de interpretação” do papel dos Estados Unidos no mundo – um produto claro do contexto da Revolução Americana e, inclusive, reconhecido por uma elite (científica) no país.

No Brasil de 1989, pode-se perceber, como será visto adiante, que a idéia de “abertura”, por exemplo, o princípio de que “abertura é o certo” aglutinou posições muitas vezes diferenciadas e se institucionalizou a partir do início do governo Collor, tanto na redução unilateral de tarifas quanto na implementação da Tarifa Externa Comum do Mercosul, que torna bastante limitada qualquer intenção de modificação do quadro. Afinal, um ponto interessante a se ressaltar sobre a capacidade de institucionalização da abertura

brasileira desse momento é pensar na existência do Mercosul como dependente do respeito às tarifas estabelecidas pelo pacto. Afinal, como afirmam alguns autores:

Além do caráter legalista de celebrar o acordo no âmbito da Aladi, o Mercosul tem outra característica sem precedente na sua política externa comum, com a adoção de uma Tarifa Externa Comum que – pela primeira vez na história dos países envolvidos – representou um compromisso externo e uma limitação às variações de suas políticas em relação às importações. (Baumann, Canuto e Gonçalves, 2004, p.173)

Apesar de bastante eficiente, o modelo de Goldstein e Keohane, no entanto, sobre o papel das idéias como elementos influenciadores da dinâmica política, é bastante influenciado por uma tradição racionalista. Um problema desse tipo de interpretação, como argumenta Mark Blyth (2002), é sua sugestão de que idéias geram instituições ao permitir que os agentes resolvam o problema da ação coletiva, ao mesmo tempo em que afirma que as próprias instituições reforçam idéias, reduzindo o custo da ação inserida no paradigma vigente. Como argumentar que idéias geram instituições e, ao mesmo tempo, afirmar que instituições podem vir a reforçar certas idéias? Não se trata este de um dilema típico “do ovo e da galinha”? (ou do agente-estrutura?), pergunta Blyth. (p.25)

No racionalismo, em função da presença de modelos produzidos com base em pressupostos do cálculo racional utilitário, a preferência dos agentes é anteriormente definida (maximizadora). Assim, dado que todas as estruturas sociais e instituições são, e por definição devem ser, reduzíveis ao cálculo de utilidade do indivíduo, nada além e anterior ao indivíduo existe que não tenha sido posto na posição por outro indivíduo. Dessa forma, fenômenos sociais são intencionais e as instituições, produtos instrumentais utilizados por indivíduos para maximizar as suas respectivas utilidades. Para os racionalistas, a estrutura é produto das preferências dos indivíduos. (p.19)

Com isso, a corrente racionalista prevê um equilíbrio no mundo institucional como resultado de um conflito constante de utilidades postas em um campo de interesses maximizadores. Uma forma de se pensar a estabilidade seria através da própria instituição, mas como conceber isso dentro de uma perspectiva em que o objeto é a transformação institucional? Foi nesse momento, segundo Mark Blyth, que as idéias surgiram como alento para os racionalistas, como explicadoras da transformação e solucionadoras dos problemas de ação coletiva. A questão, no entanto, é o quanto é eficaz uma teoria das i-

déias derivada de um modo anterior de análise e através do qual estas possam ser operacionalizadas, no lugar de uma teoria que apenas leve em conta as idéias – e não a dicotomia ultrapassada entre idéias e interesses.

O mesmo problema decorre da perspectiva *ideacional* da escola institucionalista. Em vez de reforçar os interesses dos indivíduos como maximizadores, os institucionalistas defendem a idéia de que as preferências dos agentes são limitadas pelas instituições. Assim, para essa corrente, as instituições “estruturam” as preferências individuais. (Blyth, 2002, p.19) Um exemplo desse tipo de estudo foi organizado por Peter Hall (1989), cujo foco foi a transformação causada pela disseminação internacional de idéias keynesianas em meados do século XX. Uma proposta clara...

... de explicar a relativa vontade dos governos de se engajarem com gastos deficitários durante os anos 1930 ou com o gerenciamento contracíclico da demanda no período do pós-guerra. ... De traçar e avaliar a relativa influência das idéias keynesianas nas políticas de cada nação. ... E de explorar o modo como o keynesianismo, como um conjunto mais amplo de idéias simbólicas, se tornou um componente de coalizão de classe e compromissos políticos que estruturou a economia política do mundo pós-guerra. (Hall, 1989, p.7)

A análise reforça a idéia de que novas idéias são fortes influências quando estão congruentes com “a estrutura do discurso político”. (p.383) No entanto, em um contexto de mudança significativa, pode-se esperar exatamente o contrário, o envolvimento de idéias transformadoras das instituições, que reinterpretem práticas e políticas e que desafiem e subvertam noções e discursos preexistentes. Isso em 1989, como será visto a seguir, é uma prerrogativa bastante cara à esta análise.

De fato, a intenção deste trabalho é pensar que as idéias têm um papel fundamental como constituidoras dos interesses que movem a ação que, dessa maneira, não estariam limitados à “linguagem institucional” ou por cálculos de maximização de utilidades. Como sugeriu Alexander Wendt, em vez de se tentar pensar por meio de um pré-estabelecido conteúdo ideológico dos interesses, um pesquisador deve levar em conta as idéias que os agentes possuem sobre o que é desejado, o que leva o foco “aos esquemas e às representações por meio dos quais os agentes definem seus interesses”. (Wendt, 1999,

p.124) Especialmente em situações de alta incerteza, a forma como os interesses são concebidos se modifica drasticamente.

Além disso, dessa maneira, extingue-se a problemática dicotomia entre idéias e interesses como entes separados que durante muito tempo perdurou em estudos políticos *ideacionais*, como o de Goldstein e Keohane. O interesse é uma idéia. Caso contrário, as idéias são tratadas apenas como instrumentos para se atingir um certo interesse pré-estabelecido, como no caso racionalista, ou somente como elementos que propiciam mudanças endógenas ao se adaptarem ao contexto estrutural preexistente, como na sugestão do institucionalismo histórico – onde as idéias, ao se adaptarem à – e se disseminarem pela – estrutura passam a definir novos interesses e, portanto, novas ações políticas transformadoras. Em nenhum dos dois casos é possível pensar em novas idéias que modifiquem interesses, constituam novos interesses e revolucionem o contexto institucional simultaneamente.

Para tanto, Mark Blyth (2002, 34-44) sugere cinco hipóteses sobre a influência das idéias nas mudanças institucionais. A primeira sugere que, em períodos de crise, idéias (não instituições) reduzem a incerteza. A intenção é ressaltar que antes que qualquer mudança institucional seja levada à frente, é preciso que os agentes compreendam o contexto gerando explicações *ideacionais* sobre o estado do momento, para depois sim, a partir dessas, pensar sobre o implementar da ação.

A hipótese número dois afirma que a redução da incerteza é apenas o primeiro passo para a mudança institucional. É preciso depois que as idéias propiciem a ação coletiva e a construção de coalizões – é somente quando as barreiras à ação coletiva são ultrapassadas que pode existir a transformação das instituições. Idéias tornam a ação coletiva possível ao permitir que os agentes redefinam seus interesses em um ambiente de incerteza, mas também a percepção relativa no espectro de ações em meio aos novos posicionamentos e rearranjos políticos.

Além disso, idéias devem servir também de armas e suportes com os quais os agentes podem contestar as instituições vigentes. Não somente facilitam a ação coletiva e uma transformação política radical como são, de fato, pré-requisitos para tanto. Ao especificar os objetivos da ação política, idéias também provêm os agentes do modo como se atingir tais objetivos. Com o intuito de substituir as instituições presentes, os agentes devem des-

legitimá-las contestando as idéias que dão suporte às mesmas. Idéias são armas de transformação de instituições preexistentes precisamente porque estas são o resultado de idéias passadas.

Ainda, seguindo-se ao processo de deslegitimação das instituições vigentes, novas idéias atuam como base para um plano de ação. Isso significa dizer que novas instituições são derivadas de novas idéias. Dessa forma, idéias não somente reduzem o grau de incerteza, possibilitam a ação coletiva, facilitam a corrosão das instituições existentes anteriormente como também prevêm a forma e o conteúdo das instituições que os agentes devem construir para resolver uma situação de crise.

E, finalmente, após a constituição institucional, idéias tornam possível a estabilidade; promovem estabilidade ao longo do tempo gerando convenções que facilitam a coordenação das expectativas dos agentes. Em suma, além de informar aos agentes que instituições estabelecer, também constroem um futuro previsível, cimentando convenções e práticas geradas no novo arranjo institucional, atuando como mecanismos de reprodução.

Dessa forma, enquanto choques econômicos exógenos e conflitos distributivos internos podem desestabilizar instituições e gerar níveis altos de incerteza, como claramente é o caso do Brasil de 1989, um equilíbrio institucional instável não gera automaticamente um novo arranjo. Qualquer novo estabelecimento institucional deve ser definido, defendido e implementado, e nada disso é função dada de condições estruturais cambiantes, como o Estado-nação não pode ser um produto explicado apenas pela crise do feudalismo. (Spruyt, 1994)

Sem um conjunto de idéias que possam diagnosticar a natureza da incerteza enfrentada pelas instituições preexistentes, a mudança institucional – a deliberada substituição de um arranjo de instituições por outro – só pode ser entendida como “um tiro no escuro”. Ao se entender o papel das idéias na efetivação das mudanças institucionais, resolve-se esse problema possibilitando ao analista perceber a construção e a destruição da ordem institucional como um fenômeno seqüencial de redução da incerteza, mobilização, contestação, e finalmente substituição e estabilização. (Blyth, 2002, p.45)

De forma semelhante, Tannenwald (2005, p.15) define idéias como “construções mentais abraçadas por indivíduos”, um conjunto de crenças distintas, princípios e atitudes que provê orientações gerais para o comportamento e para ações políticas. A autora tam-

bém as categoriza como ideologias ou sistemas de crenças compartilhadas, idéias de natureza normativa, noções de causa e efeito e prescrições políticas.

A partir das definições, Robert English (2005), por exemplo, pôde sugerir que o *New Thinking* na União Soviética contribuiu de forma influente na mudança do comportamento de Moscou em relação ao ambiente externo no fim do século XX. Por meio da mesma sistemática, Daniel Thomas (2005) apontou para o fortalecimento das questões relacionadas aos direitos humanos no entendimento da derrocada comunista. Ainda, Andrew Bennet (2005) pôde mostrar que a mudança na percepção das lideranças soviéticas sobre a eficiência (ou a ineficiência) do uso da força influenciou a decisão deles de, em 1989, não utilizar o poder militar para manter os Estados do Leste Europeu sob controle.

Idéias podem influenciar a política de muitas maneiras. Podem influenciar no entendimento e na descrição das situações pelos atores. Pode ajudá-los a estruturar o processo de tomada de decisão e também influenciam diretamente na interpretação dos resultados após a ação. (Tannenwald, 2005, p.17)

Aqui, é importante perceber, está sendo feita uma distinção importante entre correntes que levam em conta as idéias como elementos endógenos ou exógenos da variação política. Uma coisa é afirmar que os atores são movidos pelo interesse próprio dentro de uma rede de conseqüências lógicas, onde as idéias funcionam como “ganchos” em um processo de racionalidade instrumental. Outra é ter em mente que os atores são movidos de fato por uma lógica própria de apropriação, onde as idéias possuem um papel autônomo e substantivo na constituição dos interesses e na explicação dos produtos resultados da ação. Certamente, este trabalho pretende se colocar na segunda opção.

As hipóteses apresentadas por Mark Blyth (2002) e também por Tannenwald (2005) sobre o papel das idéias nas transformações políticas e institucionais são bastante propícias a um estudo que pretende analisar um processo de mudança a partir de algumas idéias geradas em um momento de altíssima incerteza marcado por uma crise interna sem precedentes e reviravoltas radicais no plano externo.

Não à toa, serão ressaltados neste trabalho três conjuntos de idéias. Um primeiro – idéias-contexto – relativo à interpretação/visão do mundo e onde irá se destacar uma idéia de “mundo em transformação”, amplamente conectada com o fim da Guerra Fria, a globalização e uma noção de revolução tecnológica; uma idéia de “crise interna”, bastante

influenciada pelo contexto inflacionário; e outra de “crise no setor externo”, ainda proveniente dos tempos da crise da dívida de 1982. Esta é uma classificação que dialoga com a “visão de mundo” de Goldstein e Keohane, e também com a perspectiva de que idéias são redutores da incerteza em momentos de crise, de Mark Blyth.

O segundo conjunto de idéias aqui a ser ressaltado reúne os alvos do momento. Quais são as “idéias-alvos” do contexto? Foi fácil perceber, no contexto das relações econômicas internacionais do país, que um suposto isolamento do país, radicalizado quando chamado de “xenofobia”, bem como os “modelos” exportador e desenvolvimentista e o Estado, em si, são os alvos principais no Brasil de 1989. A proposta dialoga com a hipótese de Blyth de que idéias podem servir como armas com as quais os agentes podem contestar as instituições vigentes. Ou seja, como já foi dito, não somente facilitam a ação coletiva e uma transformação política radical como são, de fato, pré-requisitos para tanto.

O terceiro conjunto apresenta as “idéias-propostas”, como, por exemplo, “exportar mais”, “abertura” e “reforma do Estado”. Algo que novamente dialoga com Blyth, e também com Tannenwald, na sua intenção de apontar as idéias como mecanismos-base para um plano de ação, prevendo a forma e o conteúdo das novas instituições que os agentes devem construir.

Não há dúvidas, assim, de que este estudo dialoga também com todo um questionamento contemporâneo presente em diferentes ramos das ciências sociais e trazido à tona nas relações internacionais pela chegada das perspectivas construtivistas. Afinal, o que pode ser um “fato” fora de um contexto conceitual? Como pergunta o construtivismo: “Por que não podemos dizer que o contexto constitui o fato?” (Puchala, 2003, p.40). A validade do “conhecimento” só pode estar entre a percepção e a “realidade” ou entre as palavras (as proposições) e o “real”. “Causas” só podem ser atribuídas – porque não são observáveis. A já conhecida “crise da representação” surge da incerteza com relação a formas adequadas de se descrever a realidade social e é percebida como um fenômeno da modernidade (ou da pós-modernidade) ao ser identificada em muitos campos do saber.

Donald Puchala (2003) sugere chamar de “intuição” (e não de “arte”) o produto do processo de generalização imaginativa constituída a partir de uma longa e variada experiência (história). Semelhante ao que Kant chamou de “lógica transcendental”, a teoria por “intuição”, em vez de emergir da pesquisa empírica, a suscita. Como já afirmava Hedley

Bull (1966, p.20), não há como verificar de forma empírica a validade das imagens construídas pelos teóricos das relações internacionais, feitas a partir de interpretações subjetivas da realidade. No entanto, o quanto isso limita a possibilidade de fazer ciência ou de construir “conhecimento” pode diferenciar algumas perspectivas.

As três críticas – ao sujeito epistêmico moderno, o sujeito isento, imparcial; ao objeto epistêmico moderno, que poderia “existir” sem o contexto, sem a “interpretação”; e ao conceito moderno de signo, que pressupõe a relação de verdade por correspondência entre o sujeito e o objeto na interpretação da realidade, estão fundamentadas já no pensamento em geral. O que é aceito como “verdade”, “conhecimento” ou “reflexo da realidade”, em qualquer tempo, será condicionado pelo paradigma conceitual através do qual a “verdade”, o “conhecimento” ou o “reflexo da realidade” foram perseguidos. (Puchala, 2003, p.47)

Com base no pensamento de Roy Bhaskar, o realismo científico informa o construtivismo com uma abordagem a um mundo que está além daquele da experiência sensorial. É preciso desvelar as estruturas (uma “lógica”), apresentando-se uma epistemologia “a-empiricista” por natureza e se concentrando nos objetos transitivos (transmitidos pelo sujeito) da ciência, que são criados para representar e dar conta de objetos intransitivos como as estruturas e as partes do mundo. (Smith, 1996, p.25)

O realismo científico é forte presença na corrente construtivista das relações internacionais, em especial naqueles autores identificados com a obra de Alexander Wendt, que define a área do “construtivismo” como aquela que se apóia nos preceitos de que: 1) a estrutura das associações humanas é determinada primeiramente por “idéias compartilhadas”; e 2) que as identidades e os interesses dos autores são construídos por essas “idéias compartilhadas”, não têm nada de “naturais”: *Anarchy is what states make of it*. (Wendt, 1992) Como afirma Wendt, o primeiro pressuposto apresenta uma abordagem “idealista” da vida social; e o segundo, uma percepção “holística” ou “estruturalista”, percebida na ênfase às forças que emergem da estrutura, também social. (Wendt, 1999, p.1)

Há de se deixar claro que o realismo científico se traduz na tentativa de descrever e explicar as estruturas e os processos do mundo que existem além da percepção empírica. A perspectiva relativiza os planos da ontologia e da metodologia. No primeiro, afirma

uma “existência” além da percepção; no segundo, abraça o idealismo. Nesse sentido, trata-se de uma abordagem social, idealista e holística que procura entender a constituição, e não a determinação (por “explicações causais”), dos fenômenos, percebidos além do plano empírico e que constituem o mundo.

Além do diálogo com o construtivismo, a perspectiva aqui adotada também se assume bastante influenciada pelos estudos políticos ligados à corrente hermenêutica. Afinal, Gadamer conduz a hermenêutica no sentido de apresentá-la como uma abordagem que adota um caminho analítico sobre o social com base na história e na linguagem. Com o argumento central antinaturalista, a hermenêutica vê o mundo social como algo que não pode ser tratado pela forma como o empirismo e o positivismo em geral sugerem.

Com base em Heidegger e Gadamer, a escola hermenêutica levanta questões ontológicas sobre a natureza do “ser”. No lugar de um “ser” que interpreta o mundo, a hermenêutica vê um “ser” formado por um know-how tácito que é anterior à interpretação dos fatos. Indivíduos estão inseridos em um círculo hermenêutico, e o mundo só pode ser apreendido se for visto como uma “rede de significações”. Com uma ontologia diferente, a de um “círculo hermenêutico”, as epistemologias tradicionais se tornam inapropriadas para entender e/ou dar sentido às coisas, na medida em que posicionam o sujeito interpretativo como anterior às questões da natureza do “ser”. (Smith, 1996, p.27)

Gadamer ressalta a importância do “fazer parte”. Indivíduos analisam e agem dentro do que o filósofo chama de “horizonte”, o que se entende como as crenças (tempo presente, o que se “acredita”), as pré-concepções (tradição/história) e o “estado da situação” (contexto), que possibilitam e limitam esses mesmos indivíduos. Para Gadamer, o “fazer parte” implica noções de “verdade” e de “razão” historicamente constituídas. O que o filósofo propõe é uma ontologia do “conhecimento”, da “verdade” e da “razão” que mostra como tais elementos “fazem parte” da história. (Idem)

De uma certa forma, a hermenêutica difere da Teoria Crítica ao não carregar “em si” um projeto de emancipação, mas, ao mesmo tempo, também não é “pós-moderna” na medida em que dá um certo sentido progressista ao “entendimento”. No entanto, isso não exclui o fato de que a hermenêutica é, em parte, Teoria Crítica, porque em última instância acredita na emancipação pela razão (não identificada, é claro, com o positivismo), bem como é “pós-moderna” ao não se constituir anteriormente como um projeto (ou os

“pós-modernos são em algum sentido “hermenêuticos” dada a ênfase – do “historiador” – nas particularidades).

O debate está relacionado à posição de Kant no que diz respeito à ciência social na medida em que o filósofo liberta a razão do dogmatismo e da objetividade empírica do positivismo (verdade como correspondência). A “libertação” kantiana do *Aufklärung*, nesse sentido, possibilita a noção de “ciência na subjetividade” que virá a carregar projetos emancipatórios como os de Karl Marx. De uma certa forma, Kant transforma cientistas sociais em revolucionários, ponto de encontro entre a Teoria Crítica e a hermenêutica. Afinal, a teoria pode sim mudar o mundo.

Puchala (2003, p.4-7) adota uma perspectiva próxima da hermenêutica ao se colocar “buscando um sentido na história das relações internacionais”. Ao mesmo tempo, ao pensar a relação entre teoria e história, o autor lembra dos preceitos da escola clássica de Hedley Bull e Adam Watson, onde “o sujeito só pode ser entendido em sua perspectiva histórica”.

Trata-se, segundo Puchala, de um procedimento “indutivo” e também “interpretativo”. A história internacional não pode ser abordada com qualquer expectativa de certeza, e a “teoria existe para facilitar a interpretação da história”. (p.41)

Vale a pena perceber que tal postura segue a linha que dilui a diferença entre “historiadores” de “cientistas”, ao observar a diferença entre aplicar generalizações à história e aplicar generalizações com a intenção própria de “deduzir” (“A” determina “B”, “B” determina “C”, “A” determina “C”) ou, em especial, de “prever” (se “A”, “B”). Nesse contexto, o propósito de fazer generalizações é o de tornar possível ou fazer com que posteriormente seja possível certos tipos de “interpretações progressivas” que localizem eventos que ainda estejam se desenvolvendo como um todo, as quais a estes mesmos eventos pertencem. Dessa forma, a “teoria” ajuda no entendimento dos eventos porque lhes dá significado e os contextualiza, no plano da abstração. (Puchala, 2003, p.31-2)

Tal posição se afirma “humanista” na medida em que propõe caminhos para o “conhecimento” senão mediados pela interpretação subjetiva – composta de uma combinação qualquer de observações, experiências, intuições e imaginação. Ao mesmo tempo em que leva em conta que as “interpretações” são também compostas na hermenêutica (reflexividade), na medida em que se movem pelo sujeito e pela análise textual produzida

por elementos cujo “pensamento” e a “ação” constroem a realidade. Neste sentido, ao estudar a história, o pesquisador começa por criar conceitualmente uma “realidade” na qual pretende se debruçar (ontologia) e então a “observa”, tendo em si que está ao alcance da influência e “faz parte” dos eventos que a constituem. (p.39)

Com isso, autores contemporâneos da sociologia histórica atacam a divisão entre história e ciências sociais. (Little, 1994, p.11) À medida que o cientista social não se coloca como um “historicista”, essa diferença claramente se dilui.

Assim, Marx e Weber, por exemplo, são autores que adotaram a análise histórica na tentativa de entender mudanças sociais de larga escala. Da mesma forma, promoveram fundações à Teoria Crítica ao se interessarem pela existência de estruturas sociais escondidas que frustram algumas aspirações humanas ao mesmo tempo em que premiam outras, dando um caráter emancipatório ao desvelamento.

Karl Polanyi (1944/2001), em *A grande transformação*, atua no mesmo plano, por exemplo, ao afirmar que a idéia emergente, no século 19, de um mercado que se auto-regula esteve intimamente conectada ao crescente poder do Estado e à sobrevivência de Estados soberanos dependentes da existência de uma balança de poder internacional, que se relaciona com perspectivas correntes sobre a natureza do homem e assim segue. Ora, símbolos e relações perpassam os planos (a natureza dos mercados) doméstico e internacional – a balança de poder.

Essa “sociologia histórica” parte da noção iluminista de Rousseau, Voltaire e Montesquieu – e talvez aí seu caráter essencialmente emancipatório, aproximando-se da Teoria Crítica –, de que é possível, pela razão/interpretação (hermenêutica), incrementar a condição humana pelo fazer e refazer, pensar e repensar constante das instituições. Exatamente neste ponto, no entanto, nas concepções específicas da “razão”, os pragmáticos e hermenêuticos se diferenciam da Teoria Crítica ao afirmar a “verdade” não com uma “referência político-normativa”, mas em seu papel ordenador da realidade cognitiva. O pragmatismo, diferentemente da Teoria Crítica, e que irá informar a perspectiva hermenêutica, ressalta o “papel” que a “verdade” assume na relação sujeito-objeto-contexto. (Puchala, 2003, p.49-50)

Este trabalho sai em busca dessa “verdade” hermenêutica, que pode dar significado aos eventos e contextualizá-los no plano da abstração. A tentativa é a de apreender o

mundo, “fazer parte”, percebendo-o como um círculo hermenêutico no qual os agentes da transformação institucional estão inseridos. Este estudo, assim, será uma análise histórica da política por meio da linguagem, que buscará um processo local inserido em um movimento global de transformação das “idéias compartilhadas”, que podem informar a construção de novas instituições por meio de suas influências no terreno da política, que pasará a estar, assim, inserida em um novo “círculo hermenêutico” posterior.

### 3.2 Comunicação e relações internacionais

Com uma análise de mídia (representações midiáticas), de artigos de opinião e editoriais (representações textuais) publicados nos dois maiores jornais do país, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, durante o ano de 1989, que tratam de um tema específico da economia política brasileira relacionado ao perfil da inserção externa do país, como forma de se apreender certas idéias envolvidas neste tema e, por conseguinte, parte constituidora do próprio tema, este trabalho celebra a união de duas tradições: uma de desconstrução da ortodoxia teórica nos estudos de relações internacionais e outra relativa aos estudos que envolvem comunicação e política, em especial aqueles que focam nas representações sociais, tais como se materializam na linguagem, “nos processos e nos produtos da comunicação e da cultura midiática”, aos quais se destacam as imagens e os significados construídos pelos meios e compartilhados na sociedade”. (Pereira, Gomes e Figueiredo 2004, p.7) Este é o tema desta rápida seção.

O que une as duas escolas, não há dúvida, é a abordagem focada na linguagem, no simbólico, nas idéias, e, como ciência social, historicamente contextualizada. De fato, no terreno da comunicação, a relação com a política é até mesmo parte de um campo mais amplo de relação com a cultura. Fazemos porque somos. Como não pensar a idéia de Roma e do Império Romano na consciência política norte-americana como um forte elemento constituidor da ação dos Estados Unidos no plano histórico internacional?<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre isso, ver: Hughes, 1997, p.69-136.

A idéia dessa forma é analisar a transformação da estrutura que rege ramos específicos das relações internacionais, como o comércio exterior e o fluxo financeiro, a partir de “representações” midiáticas sobre o tema. Assim, a análise se apresenta tanto como um estudo de comunicação e política, limitado ao campo das relações internacionais, mais especificamente das relações econômicas internacionais do Brasil em 1989, quanto segue a orientação de Puchala (2003) de pensar a história das relações internacionais a partir de representações teóricas das relações internacionais construídas historicamente – sugestão que aqui é adaptada de modo a se pensar um momento histórico das relações econômicas internacionais do Brasil a partir de representações midiáticas e assim amplamente disseminadas das relações econômicas internacionais do Brasil.

Mas o que são “representações”? Como sugere Veiga França (*in* Pereira, Gomes e Figueiredo, 2004, p.13), representações “podem ser tomadas como sinônimo de signos, imagens, formas ou conteúdos de pensamento, atividade representacional dos indivíduos, conjunto de idéias desenvolvidas por uma sociedade”. São definidas como “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”.

A partir da herança de Durkheim, as “representações coletivas” dizem respeito aos significados, às imagens, ao quadro de sentidos construídos e partilhados por uma sociedade; são formas estáveis de compreensão coletiva que atuam de forma mais ou menos impositiva e têm o papel de integrar a sociedade como um todo. (Veiga França *in* Pereira, Gomes e Figueiredo, 2004, p.14)

A partir das representações, assim definidas, pode-se fazer uma “abordagem comunicacional dos fenômenos”, inclusive políticos. (p.13) Nesse sentido, a comunicação de massa é simultaneamente um fenômeno social e discursivo. Signos são o modo primário de interação do homem com a realidade. Abordá-los é alcançar o processo contínuo de produção de significados que constroem a realidade social e seus domínios político, econômico e cultural. (Jensen *in* Jensen e Jankowski, 1991, p.41)

Dessa forma, esta pesquisa assume sua vertente “qualitativa” como um modo de observação conduzido na direção do fenômeno, e não buscando o seu “distanciamento”.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Sobre o impacto de tal assertiva na prática jornalística, ver: Ituassu, 2005.

Dialoga com a forma de interpretação própria do “interacionismo simbólico”, através do qual indivíduos agem com base nos significados que eles mesmos atribuem a objetos e situações. Também com a “etnometodologia”, a qual afirma que a interpretação deve buscar as regras que os indivíduos se utilizam de modo a dar sentido à realidade, mas sobretudo com um tipo de “etnografia simbólica”, que sai em busca de signos, de representações novas que tomam o lugar de antigas, dentro do tema da inserção externa do Brasil na economia internacional, constituindo-na assim a partir de então. (Jankowski e Wester *in* Jenses e Jankowski, 1991, p.52-66) Pesquisa etnográfica, afinal, em busca de formas culturais no seu sentido mais amplo.

De fato, à medida que as perspectivas acadêmicas passam a enfatizar a realidade social como algo que é dependente do “conceito”, as formas mais interpretativas de análise ganham força e as representações passam a ser objetos de entendimento do “ser” e das identidades. Uma pesquisa recente nos Estados Unidos, por exemplo, pôde constatar que a qualidade de “Nobel da Paz” acompanha com mais frequência o nome do arcebispo Desmond Tutu do que o de Yasser Arafat, mesmo que ambos tenham sido angariados com o prêmio. (Cunningham, 2003; e Ituassu, 2005)

Segundo a sondagem, feita a partir de um banco de dados nos EUA (Nexis), Desmond Tutu é mencionado em mais de 3 mil artigos. Em pelo menos 388 (11%), o nome vem seguido do título internacional que recebeu em 1984. No caso do militante árabe, Arafat é citado em quase 100 mil artigos, mas apenas em 177 (0,2%) o nome é acompanhado do termo “Nobel da Paz”. (Idem) No momento em que a idéia de um suposto desvio de uma certa “objetividade” no tratamento da questão e na construção social dos personagens se torna uma falácia, a partir dos questionamentos epistemológicos à objetividade, o objeto simbólico se torna menos um equívoco subjetivo a ser combatido e mais um símbolo construído historicamente possivelmente gerador de impactos políticos fundamentais.

Trata-se aqui de um trabalho que pretende pensar a comunicação “como troca, interação, situação comunicacional que circunscreve a relação – mediada discursivamente – de sujeitos interlocutores”. A idéia é perceber o terreno como uma “instância de produção de sentido”. (França, *in* Pereira, Gomes e Figueiredo, 2004, p.13) Só vivemos em uma sociedade quando compartilhamos quadros de sentido, compreensões e idéias que organi-

zam e dão coerência à vida social. (p.16) Imagens, ícones e símbolos como o Muro de Berlim, por exemplo, compõem nosso repertório. Não de modo que seja possível encontrar uma tradução clara do significado e do impacto de uma representação, não como uma prática de configurar *um* sentido, mas sim como um “mapa de possibilidades”, um caldeirão cultural e de linguagem no qual os agentes sociais estão inseridos, um conjunto de sentidos diferentes que se superpõem, se empurram, se juntam, se excluem. (p.18)

Alguns autores falam em “simulacros”: imagens que têm mais força que o real (têm uma existência em si mesmas, e já não remetem ou não precisam se remeter mais à realidade); outras imagens só existem em função da sua relação estreita com a vida social: imagens que criam identidades; imagens que problematizam e promovem uma leitura da realidade; imagens que ajudam a mudar a realidade e o mundo. As representações estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade – elas são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade; por outro lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais. (França, in Pereira, Gomes e Figueiredo, 2004, p.19)

Em consonância com os estudos construtivistas das relações internacionais e das ciências sociais em geral, a comunicação aqui é pensada como um processo em que imagens/representações são produzidas, intercambiadas e atualizadas no bojo das relações sociais domésticas e internacionais, um processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. O lugar da comunicação, assim, o *locus* das práticas comunicativas, é um lugar constituinte – e o olhar (abordagem) comunicacional é um que busca apreender esse movimento de constituição. (p.23)

### 3.3 Relações internacionais e o fim da Guerra Fria

Uma das discussões recentes e marcantes da disciplina de Relações Internacionais diz respeito às causas da mudança de comportamento da política externa soviética e, por conseguinte, do fim da Guerra Fria a partir da segunda metade dos anos 1980.<sup>7</sup> Brooks e

---

<sup>7</sup> Uma extensa parte desta literatura encontra-se na Nota 4 deste trabalho.

Wohlforth (2000), por exemplo, organizaram um debate em torno da polêmica envolvendo a oposição entre causas materiais e ideológicas (ou *ideacionais*) do fenômeno. Nesse contexto, é interessante perceber que os autores caracterizam a segunda escola como aquela que concorda com a idéia de que a crise econômica na União Soviética<sup>8</sup> abriu espaço para a mudança. Entretanto, a resposta à situação é “um ato criativo, de fundamento intelectual, que transforma a história e a leva para novos ventos, e cuja explicação requer modelos específicos”. (p.5)

Como não poderia deixar de ser, tal discussão – tema desta seção – é de suma importância para um trabalho que pretende apontar para a influência de certas idéias na constituição da mudança apresentada: a transformação no perfil de inserção econômica do Brasil no ambiente internacional, como parte de um movimento generalizado de alteração política no comportamento externo, identificado por sua vez com o contexto do fim da Guerra Fria. Isso porque as transformações na União Soviética, no Brasil e no Leste Europeu não só são historicamente simultâneas, como também apresentam características bastante semelhantes em torno de uma relativa acomodação no que diz respeito ao perfil de inserção externa anterior, mais questionador. Além disso, os temas-chave como reforma do Estado, liberalização, expansão dos mecanismos de mercado, privatização, descentralização política etc. também são os mesmos – apesar de ganharem ênfases e interpretações particulares em cada contexto nacional. De qualquer forma, fica claro porque os estudos relativos ao fim da Guerra Fria podem trazer uma ampla contribuição para este trabalho, em especial quando o fim da Guerra Fria é tratado como um tema no qual os estudos com base em uma abordagem *ideacional* proliferam.

Nesse sentido, é interessante perceber o que afirmam Brooks e Wohlforth (2000, p.10) sobre os estudos construtivistas do caso soviético. Para os autores, tais análises reforçam a ênfase nas mudanças de identidade na liderança ou na elite da União Soviética, mudanças estas que teriam levado a uma “reorientação dos interesses mais fundamentais do país, da oposição e competição com o Ocidente liberal para o desejo de dele fazer parte”!

---

<sup>8</sup> Sobre isso, ver: Brooks e Wohlforth (2004).

Praticamente canônico nessa discussão é o trabalho de Koslowski e Kratochwil (1994, p.216) onde os autores afirmam que mudanças no sistema internacional ocorrem quando atores, por meio de suas práticas, alteram as regras e as normas que constituem a interação internacional. Ao mesmo tempo, a reprodução das práticas desenvolvidas pelos atores internacionais depende da reprodução de certas práticas levadas à frente por atores domésticos. Assim, transformações fundamentais na política internacional ocorrem quando crenças e identidades de atores domésticos são alteradas, modificando, por conseguinte, as regras e as normas que constituem suas práticas políticas. Tal perspectiva não significa, no entanto, que há uma determinação estrutural (de idéias) sobre o ambiente doméstico ou vice-versa. Em vez disso, o ponto é “examinar sistematicamente a interação das estruturas doméstica e internacional dentro de um mesmo paradigma conceitual”. (p.224)

Mark Blyth (2002), por exemplo, tenta buscar na teoria da oferta, no monetarismo de Milton Friedman, nas teorias de *public choice* e de expectativas racionais a origem das idéias que constituíram o movimento de *disembedding liberalism* dos anos 1990. O fato é que, diz o autor, “não havia escassez de idéias” para construir novos modelos.

Os efeitos combinados de políticas falhas [no combate à inflação]<sup>9</sup> foi sinalizar aos agentes do mercado que o Estado havia expandido em demasia o seu papel, bem além dos limites estabelecidos como razoáveis nos anos 1940 e 1950. Conseqüentemente, os agentes do mercado reagiram contra essa situação, e eles viam tal reação como parte de seus direitos fundamentais, passando a tentar substituir a ordem liberal *embedded* por outra mais sintonizada com seus interesses, ao menos como estes eram interpretados pelos agentes do mercado neste ambiente de alta incerteza. Para fazer isso, os agentes novamente tiveram que se engajar em uma política de idéias. Por sorte, não havia escassez de idéias disponíveis para tanto. (Blyth, 2002, p. 139)

Para Blyth, tanto no caso da constituição do *embedded liberalism* de Bretton Woods quanto no retorno liberal posterior, as idéias não simplesmente proveram interesses preexistentes de justificativa para a ação. Em vez disso, elas foram bem-sucedidas na criação de tais interesses entre setores importantes da população que, uma vez promulgados, puderam ser institucionalizados e seus efeitos perpetuados no tempo e no espaço. (p.151)

---

<sup>9</sup> Outro ponto importante de semelhança com o contexto brasileiro.

Como afirmam Koslowski e Kratochwil (1994), parte do programa de pesquisa construtivista consiste em dar conta da formação de preferências pela análise do processo de interação através do qual identidades são formadas e interesses emergem. “O que o construtivismo, ou neste caso qualquer teoria de ação social, é incapaz de prover é uma redução consistente e coerente da ação a uma fundação última que supostamente causaria tudo.” (p.225)

Para reforçar o caso das idéias como fonte de explicação do fim da Guerra Fria, Koslowski e Kratochwil (1994, p.227) argumentam que enquanto as capacidades relativas da Comunidade Européia, da União Soviética e dos Estados Unidos não se modificaram muito durante os anos que rumavam para 1989, a política internacional foi fundamentalmente transformada no espaço deste mesmo ano. Para os autores, o “império informal” soviético ruiu não como uma decisão que teria sido tomada em função de constrangimentos sistêmicos, mas sim como uma escolha de política externa feita em um contexto de desenvolvimentos cruciais na política doméstica tanto dos Estados do Leste Europeu quanto na própria União Soviética.

Do dia em janeiro de 1989 quando Gorbachev aprovou o plano do general Wojciech Jaruzeski de levantar o embargo ao Solidariedade e chamar os líderes desta organização para participar do governo da Polônia ao 27 de outubro de 1989, quando a União Soviética renunciou à invasão da Tchecoslováquia em um comunicado no Pacto de Varsóvia, a Doutrina Brezhnev estava em processo de desintegração. (Koslowski e Kratochwil, 1994, p.233)

Este trabalho pretende de alguma forma sugerir que um processo semelhante ocorreu no Brasil, na forma de uma interação com a estrutura que modifica identidades e gera “novos interesses”. O fato é que, como já foi dito, de alguma forma pode-se pensar que a mudança no perfil soviético, e de outras nações, que levou ao fim da Guerra Fria, não só é semelhante no que diz respeito ao caminho de uma relativa confrontação para uma certa acomodação, como também é praticamente simultânea à transformação da natureza da inserção brasileira a partir de 1989. A limitação dos estudos sobre o fim da Guerra Fria ao comportamento soviético pode transparecer a idéia talvez equivocada de um fenômeno localizado – o que por outro lado não implica no esvaziamento das peculiaridades de cada caso.

A partir da noção de interação com o processo histórico estrutural, por exemplo, Saraiva e Tedesco (2001, p.127-8) apontam para este diálogo como fundamental no entendimento das transformações no comportamento de Brasil e Argentina no fim da Guerra Fria. Para as autoras, ambos os países se inserem definitivamente no fim do século XX em um processo histórico que começou em 1971, quando o então presidente Richard Nixon suspendeu a convertibilidade do dólar prevista no sistema de Bretton Woods. Dessa forma, o fim de Bretton Woods teria provocado um crescente movimento de capitais que, junto com o avanço tecnológico dos anos 1980, deu origem ao processo de globalização econômica. Neste contexto, “o sistema soviético foi incapaz de seguir esta nova etapa de desenvolvimento” (Saraiva e Tedesco, 2001, p.127 apud Chomsky, 1992), e tanto Brasil quanto Argentina mudam seus comportamentos também em diálogo com esse novo contexto.

Da mesma forma, ensaios de Kenneth Oye e Richard Herrmann (in Lebow e Risse-Kappen, 1995) reforçam a noção e a importância do processo histórico mais amplo, lembrando que desenvolvimentos importantes na relação Leste-Oeste se deram bem antes de Gorbachev chegar ao poder em 1985. Para ambos os autores, quando Gorbachev chegou ao Kremlin, as relações Leste-Oeste já estão fundamentalmente estáveis havia pelo menos 23 anos, quando da última ameaça de guerra (a Crise dos Mísseis, em 1962). A partir desse ponto, as superpotências já haviam feito compromissos para evitar a guerra e iniciado a implementação de uma série de controles armamentistas e “regras de conduta” que limitaram a interação e o comportamento estratégico – a *détente*.

Como afirmam Lebow e Risse-Kappen sobre o trabalho desses autores:

A análise do curso da Guerra Fria sugere que as políticas de Gorbachev iniciaram a fase final da reconciliação que se originou com a morte de Stálin. Gorbachev nunca poderia contemplar – ou a ele seria permitido seguir em frente com – reformas domésticas, acordos assimétricos de desarmamento e a libertação do Leste Europeu se ele ou a maior parte do Comitê Central esperassem um Ocidente hostil que respondesse de forma agressiva a uma visivelmente mais fraca União Soviética. A disposição de Gorbachev e seus partidários de fazer concessões unilaterais<sup>10</sup> indica que para eles a Guerra Fria havia ficado no passado. Eles estavam se livrando de instituições ultrapassadas que ficaram pelo caminho com o

---

<sup>10</sup> Como foi o caso, por exemplo, das mudanças no regime de comércio internacional no Brasil a partir de 1988/89.

intuito de facilitar a cooperação com os seus antigos adversários e os benefícios que tal postura, esperava-se, poderia produzir. (Lebow e Risse-Kappen, 1995, p.4)

Kenneth Oye (Lebow e Risse-Kappen, 1995, cap.3, p.1), em sua interpretação, caracteriza o comportamento de Moscou como um de “realismo prudente” e sugere que características do ambiente internacional, em especial o desenvolvimento de armas nucleares e a subsequente “longa paz sistêmica”, atuaram como uma causa permissiva significativa para a liberalização econômica e política soviética. A idéia é a de que em condições de paz sistêmica, os benefícios econômicos derivados da força militar são mínimos. Os Estados Unidos e a União Soviética estariam assim enfrentando uma vagarosa mas crescente mudança na distribuição internacional do poder militar e econômico. Para os soviéticos, a diferença entre força militar e econômica alcançou proporções críticas e não poderia ser atacada senão com uma guinada radical em sua política externa, causando uma alteração fundamental na ordem do pós-guerra. “Arranjos institucionais existentes chegaram a um limite e finalmente se romperam em 1989.” (p.4)

Ainda em termos de processo estrutural, é interessante analisar, no contexto do comércio internacional do Brasil, as mudanças que Franco (1999, p.30-31) aponta a partir dos seus três “eixos fundamentais do processo de globalização”: 1) o crescimento das filiais de empresas multinacionais/transnacionais – a partir de meados dos anos 1960; 2) a proliferação de estratégias de *outsourcing*; e 3) a disseminação de novas formas de investimento internacional. Com o tempo, por força dos três processos descritos, cresce a “propensão ao comércio para o conjunto das empresas e também para as filiais brasileiras”. Nesse contexto, as restrições às importações vigentes antes da mudança passam a ser vistas cada vez mais como um motivo crucial, “junto com a instabilidade macroeconômica, para a extraordinária perda de importância do Brasil como receptor de investimento direto estrangeiro”.

Como já foi discutido, o ponto em questão não é o de achar uma “origem última” – o fim de Bretton Woods em 1971, a Crise dos Mísseis de 1962 ou o interesse das empresas multinacionais no Brasil, em uma análise sobre o comércio brasileiro – mas sim o de tentar de alguma forma entender as mudanças como parte de um processo histórico e, em alguma medida, universal e não isolado. Nesse sentido, é possível pensar 1989 como um

ano-chave para a chegada desse processo histórico no Brasil – e assim o objetivo deste trabalho é o de analisar a forma como esse processo está, em 1989, sendo “adotado” ou “adaptado”, na linguagem de Paz (1998), ou interpretado, politizado e institucionalizado, seguindo Mark Blyth (2002); como ele está sendo filtrado e mediado pela grande mídia brasileira.

Dessa forma, a perspectiva antiestruturalista de Ned Lebow para as transformações no comportamento da União Soviética no fim da Guerra Fria torna-se uma referência importante no debate. Afinal, Lebow reforça a noção de que líderes políticos e elites possuem entendimentos subjetivos dos ambientes doméstico e internacional que são calcados nas suas concepções sobre o mundo e suas sociedades, e refletem assim interesses políticos e agendas políticas. Na tentativa de explicar o comportamento de acomodação da União Soviética de Gorbachev, Lebow especifica as condições externas e internas que poderiam impulsionar uma resposta conciliatória, para então sugerir que, para tanto, as lideranças políticas devem estar comprometidas com reformas políticas e econômicas do ambiente interno cujo sucesso pareça demandar acomodação. (in Lebow e Risse-Kappen, 1995, p.7-8)

Segundo Lebow, a tentativa de Gorbachev de transformar as relações Leste-Oeste foi motivada em larga escala por seu comprometimento com a reforma doméstica. A Perestroika requeria acomodação com o Ocidente, o que permitiria à União Soviética canalizar seus escassos recursos da produção militar para outros setores e atrair créditos, investimento e tecnologia de fora. Como na frase de Shevardnadze, ministro das Relações Exteriores de Gorbachev, o principal objetivo das mudanças na política externa “foi o de criar as condições externas mais favoráveis possíveis necessárias para nós levarmos à frente as reformas internas”. (in Lebow e Risse-Kappen, 1995, cap.7, p.4)

Das condições necessárias para a transformação, Lebow sugere que lideranças tenderão a buscar políticas conciliatórias para o ambiente internacional quando estiverem comprometidas com programas domésticos que irão se beneficiar diretamente da acomodação. A segunda condição requer lideranças que estejam conscientes das consequências da confrontação. Ou seja, lideranças tenderão a buscar uma política externa mais conciliatória quando acreditam que a confrontação fracassou, que é extremamente custosa, por exemplo, ou que pelo menos falha em gerar uma perspectiva futura de sucesso. (idem)

A terceira condição que facilitaria a acomodação, segundo Lebow, é a expectativa de reciprocidade. Lideranças estarão mais aptas a iniciar políticas conciliatórias quando acreditam que os adversários estão inclinados a responder de forma positiva, em vez de explorar a fraqueza para ganhos unilaterais. Nesse ponto, a análise comparada das políticas de Nikita Khrushchev e Mikhail Gorbachev – os dois líderes soviéticos teoricamente mais comprometidos com a acomodação – pode ser bastante ilustrativa da importância da percepção de reciprocidade. (cap.4, p.6-7)

No mesmo sentido, dentro de uma perspectiva mais construtivista, Risse-Kappen (in Lebow e Risse-Kappen, 1995, cap.8) argumenta que as explicações para o fim da Guerra Fria devem ser complementadas necessariamente por abordagens que enfatizam a interação das influências domésticas e internacionais ao comportamento do Estado, com ênfase especial no papel de idéias, noções, valores e conceitos estratégicos – dado que as idéias atuam na interação entre o mundo material e as preferências do Estado. (cap.8, p.1)

Também importante é a sugestão de Risse-Kappen de que nem a política externa de Gorbachev nem a resposta do Ocidente podem ser adequadamente entendidas sem se levar em conta as idéias que informavam as lideranças dos dois lados. Para o autor, muitos dos conceitos associados com o *New thinking* soviético e com a noção de “segurança comum” foram desenvolvidos por indivíduos atuantes na questão do controle armamentista, bem como por políticos e pesquisadores da Europa Ocidental envolvidos nos debates relativos ao tema da paz, e transmitidos aos líderes soviéticos por analistas e *scholars* das instituições soviéticas. Nesse sentido, é possível pensar que a resposta conciliatória do Ocidente e a transformação no comportamento soviético em direção à acomodação foram influenciadas por idéias difundidas “transnacionalmente”. (in Lebow e Risse-Kappen, 1995, cap.8, p.7-8)

Como já foi debatido anteriormente, Tannenwald (2005, p.14), ao organizar um debate em torno do impacto das idéias como força influente no processo histórico do fim da Guerra Fria, define-as como “construções mentais abraçadas por indivíduos – um conjunto de crenças, princípios e atitudes que provêm orientação para o comportamento e para ações políticas”. Em uma análise semelhante a deste trabalho, a autora categoriza quatro tipos diferentes de idéias: ideologias ou idéias como um sistema compartilhado; crenças normativas; crenças de causa e efeito; e prescrições políticas.

Foi a partir desse ponto que Robert English (2005), por exemplo, pôde se dedicar ao estudo do impacto do *new thinking* na transformação do comportamento soviético, apontando para o movimento intelectual que desde os anos 1950 e 1960 teria contribuído para o surgimento da mudança. Da mesma forma, Andrew Bennett (2005) mostra como a mudança na percepção da liderança soviética sobre a eficiência, ou a ineficiência, do uso da força influenciou a decisão em 1989 de não utilizar o poder militar do país contra as revoluções no Leste Europeu.

English (2005) afirma que o processo pelo qual as idéias do *new thinking* se originaram, foram desenvolvidas e em última instância se transformaram em ações políticas foi lento e influenciado por forças intelectuais, materiais e sociais. A análise de tal processo, diz o autor, mostra claramente a impossibilidade de separar as iniciativas de reforma no campo doméstico da acomodação no plano externo. A evolução dos “reformistas” pode ser apenas entendida em um campo social-intelectual mais amplo. (p.44)

Segundo English, o processo pode ser identificado, por exemplo, no discurso secreto de Khrushchev feito em 25 de fevereiro de 1956, no 20º Congresso do Partido Comunista Soviético. No texto, English (2005, p.47) afirma que Khrushchev desafiou simultaneamente os preceitos stalinistas de um mundo dividido e de um Ocidente hostil. Disse Krushchev na ocasião:

Stálin originou o conceito de “inimigo do povo”. Esse termo automaticamente tornou desnecessário provar o erro ideológico de um homem ou de muitos engajados em uma controvérsia; esse termo tornou possível a utilização da mais cruel repressão, que violou todas as normas da legalidade revolucionária, contra todos aqueles que de alguma forma desagradavam Stálin, contra aqueles que eram simplesmente suspeitos de uma intenção hostil, contra aqueles que tinham má reputação.<sup>11</sup>

Nesse sentido, English defende que a crise econômica soviética pode ter sido de fato um importante catalisador da mudança, mas não do caminho tomado pela transformação. Para tanto, é preciso, segundo o autor, entender como o *new thinking* defendeu idéias liberais, criticou o pensamento vigente, atacou práticas políticas e pregou a ocidentalização da política interna e externa. (p.67-73)

---

<sup>11</sup> Retirado de: [http://www.historyguide.org/europe/khrush\\_speech.html](http://www.historyguide.org/europe/khrush_speech.html)

Em suma, é importante perceber que o objeto de estudo escolhido não só está inserido em um processo histórico internacional mais amplo como também a sua abordagem dialoga com outras feitas a partir de outros casos, em especial o soviético. Não estiveram Brasil, Argentina, União Soviética etc. buscando o mesmo caminho a partir de suas peculiaridades próprias? Assim, é importante pensar: a mudança no perfil de inserção externa aparece mais como constituidora da transformação mais ampla e menos somente como um produto *a posteriori* das alterações do ambiente – o que significaria estabelecer uma identidade anterior aos agentes, anterior à sua própria constituição.

### 3.3 Relações internacionais e o fim da Guerra Fria

Dessa forma, no tema maior das relações econômicas internacionais do país, a intenção deste trabalho será a de ressaltar por meio da análise do debate público midiático sobre o tema definido, no momento estabelecido para interpretação, três conjuntos de idéias que dizem respeito respectivamente: (1) às idéias-contexto, interpretações do momento interno e externo feitas no momento; (2) às idéias-alvos, os alvos político-ideológicos que precisam ser combatidos para a transformação ou manutenção da situação; e, finalmente, (3) às idéias-propostas, ofertas apresentadas com o intuito de transformar ou de manter a situação. Com isso, serão desenvolvidas três hipóteses ao longo do texto a seguir.

A primeira diz respeito ao conjunto idéias-contexto e sugere que noções de um “mundo em transformação” e de uma “crise interna” muitas vezes tida como sem precedentes abrem caminho, em especial, para posições em prol de uma reforma completa do Estado, enquanto a percepção de “crise no setor externo” da economia brasileira aponta de uma maneira mais forte para a necessidade de um novo perfil de inserção econômica internacional do país.

Exatamente porque estão sendo pensadas no momento escolhido para a análise, foi possível identificar, a partir desses três grandes conjuntos desta “etnografia simbólica”, duas formas de internacionalização. Uma que irá ser chamada aqui de “internacionalização difusa” – por se caracterizar por relações menos controladas pelo Estado; e outra a

ser chamada de “internacionalização centralizada” – de fluxos mais controlados pelo Estado. A segunda começa a despontar já no fim dos anos 1970, patina sobre a crise da dívida de 1982, ganha impulso no ajuste externo e está na defensiva em 1989, que marca, de fato, a chegada da primeira ao cenário político nacional, de carona nos questionamentos generalizados sobre a qualidade e a natureza do Estado, questionamentos estes potencializados pelas noções específicas de crise interna e ampla transformação externa. As duas formas de internacionalizar, “difusa” e “centralizada”, podem ser vistas como fontes influentes constituidoras do debate que irá informar a disputa política desse ponto histórico em diante novamente no que diz respeito ao tema das relações econômicas internacionais do Brasil, ou elas mesmas, como uma representação notória do embate clássico da economia política entre liberais e intervencionistas.

Além disso, a segunda hipótese desta pesquisa pretende afirmar que, a partir da definição da crise, alvos políticos são construídos em torno de um certo “isolamento” do Brasil com relação à economia mundial; dos modelos tradicionais de gerenciamento econômico pelo Estado; e também, e principalmente, em torno da própria configuração do Estado e de sua relação com o mercado e a sociedade.

Finalmente, a terceira hipótese tem a intenção de ressaltar que a nova configuração do perfil de integração do Brasil ao ambiente internacional é fruto da conjunção de idéias-propostas constituídas por noções específicas de “abertura” e “reforma do Estado”.